

ATA DA TRICENTÉSIMA TRIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

Aos seis dias do mês de outubro de dois mil e vinte e três, às 9 horas, por vídeo conferência, mediante a utilização da ferramenta Google Meet, realizou-se a **337^a** (tricentésima trigésima sétima) **Reunião Ordinária**, correspondente ao mês de setembro de 2023, do Conselho Fiscal (Confis) da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Empresa Pública Federal, constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto A, Lote 69, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, NIRE/NIRC nº 5350000093-3, CNPJ nº 26.461.699/0001-80. Estiveram presentes os Srs. Conselheiros: **Lúcia Aída Assis de Lima**, Presidente do Conselho, e **João Crescêncio Aragão Marinho**, representantes titulares do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA); e **Paulo Moreira Marques**, representante titular da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda (MF). E, para prestar esclarecimentos, os Srs.: **Elinaldo José da Rocha**, Superintendente da Superintendência de Contabilidade (Sucon); **Daniel Santana Abreu**, Gerente da Gerência de Auditoria (Geaud) da Auditoria Interna (Audin); **Marlos Nanoni Reinert**, Consultor da CONSULT – AUDITORES INDEPENDENTES; **Laura Longhi Fernandes Machado**, Presidente do Comitê de Auditoria (Coaud), **Dirceu Martins Barbosa Junior** e **Domingos Poubel de Castro**, membros do Coaud; e **Clayton David dos Santos**, Superintendente da Superintendência de Orçamento e Finanças (Suofi). Aberta a reunião, a Presidente deu início à análise da pauta. **1. Fiscalização dos Atos de Gestão. 1.1. Exame mensal das atas das reuniões da Diretoria Executiva (Direx). 1.1.1. Ata da 311^a Reunião Extraordinária da Direx, de 7/7/2023.** Após exame da referida Ata, o Confis nada destacou. **1.1.2. Ata da 1.622^a Reunião Ordinária da Direx, de 13/7/2023.** Após exame da referida Ata, o Confis destaca o item 1.1 - Voto Presi nº 14/2023 - Adequação do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab – RLC à Resolução CGPAR nº 29/2022 (Estabelece orientações às empresas estatais federais para a contratação de bens e serviços de tecnologia da informação -TI). O Voto foi aprovado. **1.1.3. Ata da 1.623^a Reunião Ordinária da Direx, de 18/7/2023.** Após exame da referida Ata, o Confis nada destacou. **1.1.4. Ata da 1.624^a Reunião Ordinária da Direx, de 26/7/2023.** Após exame da referida Ata, o Confis nada destacou. **1.1.5. Ata da 312^a Reunião Extraordinária da Direx, de 27/7/2023.** Após exame da referida Ata, o Confis nada destacou. **1.1.6. Ata da 313^a Reunião Extraordinária da Direx, de 1º/8/2023.** Após exame da referida Ata, o Confis nada destacou. **1.1.7. Ata da 1.625^a Reunião Ordinária da Direx, de 2/8/2023.** Após exame da referida Ata, o Confis destaca o item 1.1 - Voto Presi nº 15/2023 - Aprovação pela Diretoria Executiva do Regulamento de Administração dos

Paulo Moreira Marques **JCAM** **lat**

Hortomercados Humaitá e Leblon - NOC 10.906, em atendimento à Recomendação da Audin/Siaudi nº 813.1 do Relatório nº 19/2019, que identificou a ausência da normalização das atividades de locação de espaços na jurisdição da Sureg/RJ. **1.1.8. Ata da 1.626ª Reunião Ordinária da Direx, de 9/8/2023.** Após exame da referida Ata, o Confis destaca: **a)** item 1.7 - Voto Digep nº 12/2023 - Concessão de promoção por mérito, nos termos do disposto no Plano de Gestão de Desempenho e conforme previsto nos Regulamentos de Pessoal - NOC 10.105 e 10.106. Obedecido, naturalmente, o limite de impacto em folha de pagamento, levando também em consideração as eventuais promoções por antiguidade ocorridas no período. O Voto foi aprovado; **b)** item 1.8 - Voto Digep nº 14/2023 - Revogação da RESOLUÇÃO DIREX Nº 30, de 30/12/2022 - Prazos de gestão para Superintendentes, Gerentes e cargos de mesmo nível hierárquico. O Voto foi aprovado. **1.1.9. Ata da 1.627ª Reunião Ordinária da Direx, de 15/8/2023.** Após exame da referida Ata, o Confis nada destacou. **1.1.10. Ata da 1.628ª Reunião Ordinária da Direx, de 23/8/2023.** Após exame da referida Ata, o Confis nada destacou. **1.1.11. Ata da 314ª Reunião Extraordinária da Direx, de 24/8/2023.** Após exame da referida Ata, o Confis nada destacou. **1.1.12. Ata da 315ª Reunião Extraordinária da Direx, de 25/8/2023.** Após exame da referida Ata, o Confis nada destacou. **1.2. Exame mensal das atas das reuniões do Conselho de Administração (Consad).** O Confis registra que não foram entregues as Atas das 20ª, 21ª e 22ª Reuniões Extraordinárias do Consad ao Colegiado para exame. **1.2.1. Ata da 23ª Reunião Extraordinária do Consad, de 12/9/2023.** Após exame da referida Ata, o Confis nada destacou. **1.3. Conhecimento mensal das atas das reuniões do Comitê de Auditoria (Coaud).** **1.3.1. Ata da 107ª Reunião Ordinária do Coaud, de 29/6/2023.** Após exame da referida Ata, o Confis nada destacou. **1.3.2. Ata da 108ª Reunião Ordinária do Coaud, de 30/6/2023.** Após exame da referida Ata, o Confis nada destacou. **2. Desempenho Econômico-financeiro. 2.1. Análise mensal e trimestral dos demonstrativos contábeis (Balanço Patrimonial - BP; Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL; Demonstração do Valor Adicionado - DVA; Demonstração do Resultado do Exercício - DRE sintética e analítica; e Demonstração do Resultado Abrangente).** **2.1.1. Julho/2023 (DESPACHO DIREX - SEI nº 31102653 – Processo SEI 21200.001256/2023-52).** O Conselho Fiscal registra que os mencionados Demonstrativos Contábeis englobam tanto as atividades próprias, quanto as operações governamentais. Entretanto, essas últimas não devem impactar o resultado. **2.1.1.1. Balanço Patrimonial (BP) até julho/2023 comparado com o acumulado até junho/2023.** Segundo a Superintendência de Contabilidade (Sucon), o BP de julho/2023 reduziu em 6,19%, equivalente a R\$ 74.649.568,78. Destaque para a queda de R\$ 69.230.735,10 no Caixa e seus equivalentes, devido a pagamentos significativos associados à folha de pagamento de junho/2023 e a pagamentos retroativos de acordos coletivos e o aumento de R\$ 15.336.370,05,

Paulo Roberto Moraes **JRAM** **lat**



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

referente a recebimentos financeiros para execução dos TEDs nº 942211 – Programa de Garantia de Preços Mínimos da Borracha, nº 03/2023 - Programa de Garantia de Preços Mínimos da Sociobiodiversidade e transferências recebidas para atender ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Créditos a Curto Prazo teve redução de R\$ 186.646,60, vinculado ao serviço de armazenagem e aluguel. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo aumentaram R\$ 7.911.505,59, destacando-se o aumento de R\$ 10.468.140,64 em Créditos a Receber por Cessão de Créditos pela União, decorrente dos registros da execução das despesas com doações de produtos do PAA e outros a comprovar aos órgãos concedentes, a redução de R\$ 885.357,08 em Recursos da União, com destaque ao registro de baixa pelo recebimento de recursos financeiros do Tesouro Nacional para pagamento da 43/228 parcela do Acordo com o Cibrius, R\$ 7.900.289,50, e as apropriações das Equalizações de Preços dos Estoques Públicos a receber, no total de R\$ 7.014.932,42, e a redução de R\$ 750.784,26 em Créditos a Receber de Acertos Financeiros com Servidores e Ex-servidores, decorrente das baixas de valores de ex-empregados falecidos, que foram classificados como ativos contingentes, conforme CPC 25, itens 31 a 35. O grupo Estoques teve uma redução de R\$ 12.531.528,03, destacando baixas por vendas, R\$ 8.692.439,54 em Mercadorias para Revenda, recebimentos das mercadorias de outras unidades, R\$ 1.447.991,11 em Materiais em Trânsito, além da redução de R\$ 2.393.783,69 em Compra Antecipada – Entrega Futura pelos recebimentos de produtos da agricultura familiar para doação. O **Ativo Não Circulante** apresentou crescimento de 0,78%, somando R\$ 11.994.389,04. Esse aumento foi influenciado por Créditos a Receber a Longo Prazo, R\$ 11.773.206,29, em Créditos a Receber Por Cessão de Créditos pela União, referentes à apropriação da atualização monetária e juros do Termo de Adimplemento, referente ao saldamento da dívida junto ao Cibrius, R\$ 7.014.932,42, ajuste de Provisões de obrigações Pós-Emprego PDV/2016 e 2022, R\$ 6.259.802,13, reversão de sentenças trabalhistas pagas no mês de julho/2023, R\$ 2.334.932,24, e R\$ 11.994.389,04 em investimentos no imobilizado, referente à aquisição de Unidades de Desktops UDP Datem DC2A, na Sureg/PE. O **Passivo Circulante** diminuiu 8,39%, ou seja, R\$ 92.375.856,03. A redução mais acentuada foi nas Obrigações Trabalhistas, Prev. e Assist. a Pagar – CP, R\$ 101.565.341,65, referente aos pagamentos/recolhimentos da folha do mês de junho/2023, relativo ao aumento e retroativo (Recursos Recebidos Acumuladamente - RRA), após o Acordo Coletivo 2019/2023. Essa redução foi amenizada por um aumento nas Obrigações em Circulação, R\$ 9.189.485,62, onde se destacou a redução de R\$ 2.517.734,78, em decorrência dos pagamentos de obrigações, referentes às despesas com aquisições de bens (produtos do PAA) e serviços (Serviços de Assistência à Saúde – SAS, Cibrius e outros), redução de R\$ 6.129.897,56 em Consignações pelos recolhimentos de IRRF da folha de pagamento, R\$ 3.915.699,26, e Plano de Previdência e Assistência Cibrius, R\$ 3.722.773,02, redução de R\$ 7.900.289,50 em

Paulo Roberto Moreira JRAM **lat**

Entidades Privadas de Previdência pelo pagamento da 43/228 parcela do saldamento da dívida do Acordo entre Conab/Cibrius e o aumento de R\$ 25.808.182,58 em Transferências Financeiras a Comprovar - TED, relativo aos TEDs nºs 001/2023 - aquisições de produtos do PAA, 003/2023 - Programa de Garantia de Preços Mínimos da Borracha. O **Passivo Não Circulante** aumentou 0,88%, R\$ 11.773.206,29, influenciado pelo aumento de R\$ 3.924.869,89 em Provisão para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo e o registro de R\$ 7.882.305,51 na conta Entidades Privadas de Previdência, referente ao registro da atualização monetária, R\$ 3.705.642,37, e juros, R\$ 4.176.663,14, conforme o Contrato de Saldamento da Dívida junto ao Cibrius. O **Patrimônio Líquido** teve um aumento de 5,82%, totalizando R\$ 325.393.652,07 até julho/2023, reflexo do resultado positivo no período.

2.1.1.2. Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). Segundo a Sucon, a DRE de julho/2023, comparada a junho/2023, demonstra uma redução na Receita Operacional Líquida de 3,75%, R\$ 375.208,84, destacando-se a redução de R\$ 473.890,71 nas Receitas de Serviços, (redução do faturamento de armazenagens e aluguéis), houve redução de 2.096,10%, R\$ 7.489.837,01, nas Receitas Operacionais Diversas, em decorrência das transferências da conta Outros Ganhos com Incorporação de Ativos para o subgrupo Outras Despesas Operacionais, referente às incorporações de produtos recebidos do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) para doação (TED 001/2023). Outros Resultados reduziram R\$ 289.902,82, decorrente das alienações de bens móveis na Sureg/RO, no mês anterior. Também houve a redução de 40,22%, R\$ 70.148.711,32, nas Subvenções do Tesouro Nacional, em razão dos repasses financeiros para o pagamento da folha do mês de junho/2023, acrescidos dos reajustes salariais e retroativos (Recursos Recebidos Acumuladamente - RRA), conforme o Acordo Coletivo de 2019 a 2023. As Despesas Operacionais reduziram em 58,95%, R\$ 120.194.007,61, sendo R\$ 111.721.707,40 no grupo Despesas de Pessoal, em razão da diminuição da folha de pagamento do mês de julho/2023, comparada ao mês de junho/2023, após os aumentos e conforme o Acordo Coletivo 2019 a 2023, acrescida dos retroativos "RRA". As Despesas Comerciais e Administrativas reduziram 58,55%, R\$ 8.472.300,21, sendo R\$ 2.485.256,25 em Serviços Técnicos Profissionais – Pessoa Jurídica, decorrente dos pagamentos de serviços de substituição da rede de esgoto/águas pluviais e dos serviços de instalação do sistema de combate a incêndio na Matriz, ocorridos no mês anterior. Outras Despesas Operacionais reduziram R\$ 6.166.998,49, após as reclassificações dos recebimentos das transferências registradas, nos meses anteriores, na conta de receita Outros Ganhos com Incorporação de Ativos, relativos aos recebimentos de produtos do MDS para doações (TED 001/2023) a serem doados nos meses subsequentes. O Resultado Líquido, em julho/2023, foi superavitário em R\$ 17.884.661,82, resultante das Atividades Próprias da Companhia. Tal resultado teve como destaque a receita de repasse financeiro no mês de julho/2023, em razão do

JCAM
Paulo Roberto Jurgens

lat



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

recolhimento das apropriações do IR-folha de pagamento de junho/2023, R\$ 35.921.967,84, após os reajustes salariais e retroativos dos Acordos Coletivos de 2019 a 2023. Também ocorreram as despesas das apropriações das provisões do IR-folha de pagamento de julho/2023, R\$ 14.384.759,36, e 13º salários, R\$ 4.763.739,78. **2.1.1.3. RELATÓRIO DE AUDITORIA CONTÁBIL-FINANCEIRO Nº 22, de 15/9/2023 - Julho/2023 (OFÍCIO INTERNO AUDIN SEI N.º 67/2023, de 15/9/2023 - SEI nº 30976005 - Processo SEI 21200.005813/2023-12).** Após exame do Relatório, o Confis destaca que a Audin identificou a oportunidade de melhorias dos controles internos relativos ao acompanhamento das contas a receber da Companhia e dos depósitos judiciais. Além disso, a Audin sugeriu o encaminhamento do relatório ao Conselho Fiscal para conhecimento; e à Suofi, à Sureg/BA, à Sureg/CE, à Sureg/GO, à Sureg/MG, à Sureg/MT, à Sureg/PA, à Sureg/PI, à Sureg/RR, à Sureg/RS e à Sureg/SP, para as devidas providências. Neste contexto, o Confis solicita à Conab que tome as medidas necessárias para endereçar as recomendações da Audin, e registra que tomará conhecimento do atendimento, por meio do relatório trimestral de acompanhamento das atividades da Auditoria Interna. **2.1.2. 2º trimestre/2023 (DESPACHO DIREX - SEI 30953166 – Processo SEI 21200.003134/2023-09).** **2.1.2.1. Balanço Patrimonial (BP) até 30/6/2023, comparado até 31/12/2022.** O **Ativo Circulante** teve uma elevação devido às seguintes variações: Caixa e Equivalente de Caixa, aumento de R\$ 122.372 mil. Isso foi principalmente devido a recursos financeiros nas contas "Limite de Saque com Vinculação de Pagamento" (R\$ 43.849 mil) e "Limite de Saque com Vinculação de Pagamentos – OFFS" (R\$ 78.016 mil). Esses recursos foram usados para pagamento da folha de junho de 2023 e retroativos relacionados aos Acordo Coletivo dos períodos 2019/2021 e 2021/2023; Créditos a Curto Prazo, aumento de R\$ 2.971 mil, devido ao crescimento no faturamento de serviços de armazenagem e aluguel; Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, incremento de R\$ 26.051 mil, devido a Adiantamentos a Pessoal, aumento de R\$ 20.046 mil, relacionado ao adiantamento do 13º salário e férias; Créditos a Receber por Cessão de Créditos pela União, elevação de R\$ 26.587 mil, referente à execução dos TEDs nºs 01/2021, 03/2021, 08/2021, 02/2022 e 001/2023; Créditos a Receber de Acertos Financeiros com Servidores/Ex-servidores, aumento de R\$ 7.237 mil, devido à ampliação no uso de serviços de assistência médica (SAS). Contudo, houve decréscimo nas contas Recursos da União, R\$ 17.608 mil (pagamento das parcelas 37 a 42/228 e atualização monetária do Termo de Adimplemento e Saldamento junto ao Cibrius); Créditos a Receber por Alienação de Bens Móveis/Imóveis", R\$ 3.498 mil, relativo às baixas pelo recebimento das parcelas dos imóveis alienados na Sureg/MS (São Gabriel D'Oeste e Sidrolândia) e na Sureg/SC (Chapadão do Sul); Créditos Tributários, R\$ 4.489 mil (pagamento de ICMS e IPTU) e Créditos Parcelado, R\$ 2.235 mil (recebimento de acordos com clientes). O grupo Estoques reduziu R\$ 10.600 mil, com destaque para as vendas de produtos no subgrupo Mercadorias

JCM

LAL

Paulo Roberto Jurgens

para Revenda, totalizando R\$ 10.458 mil. O **Ativo Não Circulante** registrou um aumento de 4,38%, equivalente a R\$ 64.788 mil. Esse aumento é principalmente atribuído às variações no subgrupo Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo, destacando-se os registros na conta Créditos a Receber por Cessão de Créditos p/União, somando R\$ 65.973 mil. Esses são valores esperados do Tesouro Nacional, dos quais R\$ 60.266 mil referem-se a atualizações monetárias e juros associados ao Termo de Adimplemento/Contrato de Saldamento da Dívida com o Cibrius. Além disso, foram provisionados R\$ 5.844 mil para possíveis pagamentos futuros relacionados a questões judiciais, tanto trabalhistas, quanto cíveis, em linha com o CPC 25, itens 31 a 35. Por outro lado, o Imobilizado apresentou uma redução de R\$ 1.188 mil, devido à depreciação registrada dos bens. O **Passivo Circulante** teve um acréscimo de 20,08%, correspondendo a R\$ 183.914 mil. Isso ocorreu devido às variações em diversos grupos e subgrupos. No subgrupo Obrigações Trabalhistas, Prev. e Assist. a Pagar – CP, observou-se um aumento de R\$ 145.095 mil. Isso se deve principalmente aos registros nas contas Pessoal a Pagar (R\$ 107.822 mil) e Encargos Sociais a Pagar (R\$ 37.156 mil), devido às folhas de pagamento, 13º salários, retroativos “RRA” do Acordo Coletivo de 2019/2022/2023 e encargos relacionados. Já o grupo Obrigações em Circulação teve um aumento de R\$ 38.818 mil, devido às seguintes variações: redução em Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo (R\$ 23.165 mil) por pagamentos feitos a fornecedores de bens e serviços, e em Obrigações Fiscais a Curto Prazo (R\$ 20.137 mil) pela compensação de valores em janeiro de 2023 relacionados a CSLL e IRPJ apurados em dezembro de 2022 (total de R\$ 20.131 mil). Além disso, Demais Obrigações a Curto Prazo tiveram um aumento de R\$ 82.120 mil, com destaque para Consignações (R\$ 26.867 mil), apropriações de IRRF (Folhas de Pagamento) e contribuições a recolher (Cibrius) no mês subsequente, Entidades Credoras (R\$ 22.903 mil), devido ao diferimento de recursos recebidos para aquisição de bens e serviços (PGPM e Mercado de Opções), após as alterações de contabilização da Ação Orçamentária "2130 - Formação de Estoques Públicos", em conformidade com a Coordenação-Geral de Contr. e Execução de Operações Fiscais (COGEF/STN), Transferências Financeiras a Comprovar – TED (R\$ 82.499 mil), referentes aos repasses para execução dos TEDs 001/2022 (R\$ 13.408 mil), 002/2022 (R\$ 6.000 mil), 012/2022 (R\$ 49.983 mil) e 001/2023 (R\$ 13.673 mil) e, por fim, Entidade Privada de Previdência teve uma redução de R\$ 46.523 mil por pagamentos relacionados ao Termo de Adimplemento junto ao Cibrius. (parcelas 37 a 42/228. O **Passivo Não Circulante** teve um aumento de 4,99%, correspondendo a R\$ 63.920 mil. Essa elevação é resultado das variações nos grupos e subgrupos detalhados a seguir: Provisões a Longo Prazo teve um crescimento de R\$ 3.653 mil, devido aos ajustes nas Contingências Passivas, que englobam sentenças judiciais trabalhistas, cíveis, fiscais (conforme CPC 25) e ajustes para Aposentadorias, Pensões e outros Benefícios (de acordo com CPC 33). Por sua vez, o subgrupo Demais Obrigações a

JRAM

Paulo Roberto Jurgens

lat

Longo Prazo teve um aumento de R\$ 60.266 mil. Esse acréscimo foi puxado principalmente pela conta Entidades Privadas de Previdência, que cresceu R\$ 60.266 mil, devido à atualização monetária das parcelas do Contrato e do Termo de Adimplemento junto ao Cibrius. O **Patrimônio Líquido** teve uma redução de 11,31%, equivalente a R\$ 39.212 mil. Esse declínio se deu devido ao resultado negativo acumulado no período, que foi de R\$ 39.212 mil. Esse valor é primordialmente composto pelos registros de Provisões para 13º Salários, Férias, Encargos Sociais e, também, pelos registros do IRPJ sobre a Folha de Pagamento de junho de 2023, que incluiu pagamentos de reajustes e retroativos do Acordo Coletivo dos anos 2019, 2021 e 2023. **2.1.2.2. Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) - 2º trimestre de 2023/2º trimestre/2022.** A Receita Operacional Líquida, até o 2º trimestre de 2023, apresentou uma queda de R\$ 755 mil em relação ao mesmo período de 2022. Esse decréscimo se deveu às reduções nas vendas de produtos, que totalizaram R\$ 4.901 mil, e no subgrupo Deduções das Receitas de Vendas e Serviços, que foi de R\$ 415 mil. Por outro lado, houve um incremento nas Receitas de Prestação de Serviços, somando R\$ 3.731 mil. Até o 2º trimestre de 2023, o Lucro Bruto Operacional teve um aumento de 16,05%, equivalente a R\$ 3.078 mil, quando comparado ao 2º trimestre de 2022. Essa elevação foi predominantemente devido ao crescimento nas receitas provenientes de serviços de armazenagem e aluguéis. A queda observada na Receita Operacional Líquida, causada pela diminuição das vendas, foi neutralizada pela Equalização de Preços. Até o 2º trimestre de 2023, as Despesas Operacionais tiveram um acréscimo de 17,85%, correspondendo a R\$ 101.286 mil, em relação ao 2º trimestre de 2022. Esse aumento se deveu, principalmente, às variações em grupos específicos. As Despesas de Pessoal cresceram R\$ 95.653 mil, destacando-se os acréscimos em Remuneração de Pessoal (R\$ 124.243 mil) e Obrigações Patronais (R\$ 34.661 mil), atribuídos aos reajustes salariais, pagamentos retroativos "RRA" efetuados em junho de 2023, e relacionados ao Dissídio/Acordo Coletivo de Trabalho - ACT 2019/2021 e 2021/2023. Também se destaca o aumento em Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência, totalizando R\$ 7.457 mil, devido às atualizações e juros das parcelas pagas ao Cibrius. Em contraste, houve reduções em Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil (R\$ 62.951 mil), devido a pagamento de indenizações e restituições trabalhistas (PDV/2017 e PDI/2022, até o 2º trimestre/2022), e Sentenças Judiciais (R\$ 8.255 mil), com destaque para a quitação de R\$ 9.420 mil a empregado, ocorrido no mês de março/2022, na Matriz. As Despesas Comerciais e Administrativas registraram um aumento de R\$ 5.632 mil, influenciado pelo crescimento em Outras Despesas Operacionais, totalizando R\$ 10.832 mil, associado principalmente às baixas na conta Desincorporação de Ativos. Todavia, foram observadas reduções em Consumo de Materiais (R\$ 2.524 mil) e em Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (R\$ 2.275 mil), devido à queda nas vendas de mercadorias. Até o 2º trimestre de 2023, as Receitas Operacionais

JCAM
Paulo Roberto Jurgens 



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

Diversas registraram uma queda de 24,62%, totalizando R\$ 9.859 mil, quando comparado ao 2º trimestre de 2022. Esse declínio pode ser atribuído às seguintes alterações nos subgrupos: Receitas Diversas, que reduziu R\$ 11.396 mil, principalmente por causa da diminuição das receitas relacionadas à gestão dos estoques públicos, devido à mudança na metodologia de recolhimento, desde abril de 2023, Multas e Juros de Mora, que registraram um aumento de R\$ 933 mil, relacionado aos pagamentos de multas por quebras de contrato e Indenizações e Restituições, onde se observou um acréscimo de R\$ 593 mil, destacando-se os valores recebidos por recuperação de despesas de anos anteriores. Até o 2º trimestre de 2023, os Outros Resultados apresentaram uma redução de 97,16%, equivalente a R\$ 13.417 mil, quando comparados ao 2º trimestre de 2022. Esse declínio é explicado, principalmente, pelas alienações de imóveis ocorridas no 1º trimestre de 2022 na Sureg/MS, especificamente da UA São Gabriel do Oeste, avaliada em R\$ 8.517 mil, e UA Sidrolândia, no valor de R\$ 7.399 mil. Até o 2º trimestre de 2023, o Resultado Financeiro registrou um crescimento de 8,86%, correspondendo a R\$ 195 mil, quando comparado ao 2º trimestre de 2022. Esse aumento é notável, principalmente, pelos recebimentos de juros e encargos relacionados à entrega tardia de bens e serviços e armazenagem e aluguel que foram pagos com atraso. Até o 2º trimestre de 2023, as Subvenções repassadas pelo Tesouro Nacional – Custeio/Pessoal tiveram um aumento de 3,32%, equivalente a R\$ 18.437 mil, quando comparadas ao 2º trimestre de 2022, devido aos repasses destinados ao pagamento das folhas salariais. Até o 2º trimestre de 2022, houve repasses para quitar indenizações de ex-funcionários que aderiram ao PDVI/2017 e PDI/2022. Já no 2º trimestre de 2023, o foco foi o registro dos ajustes nas folhas de pagamento relacionados ao Dissídio/Acordo Coletivo de Trabalho ACT 2019/2021 e 2021/2023, incluindo os retroativos “RRA”, que tiveram um incremento de R\$ 95.653 mil em relação ao mesmo período de 2022. Além disso, vale ressaltar que, no 1º trimestre de 2023, foram finalizados os pagamentos referentes aos PDVI/2017 e PDI/2022. Até o 2º trimestre de 2023, o Resultado Líquido do Exercício mostrou-se negativo, totalizando R\$ 39.212 mil. Em contraste, o Resultado Líquido do Exercício do 2º trimestre de 2022 foi positivo, somando R\$ 48.722 mil, o que representa uma queda de R\$ 87.924 mil. O resultado negativo de R\$ 39.212 mil em 2023 tem em sua composição destaques como: Lucro Bruto Operacional de R\$ 22.255 mil (originado de serviços de armazenagens e aluguéis), Receitas Operacionais Diversas de R\$ 30.178 mil (principalmente das receitas de gestão dos estoques públicos até abril/2023, Multas e Juros de Mora e Indenizações e Restituições), Resultado Financeiro de R\$ 2.393 mil (oriundo de receitas financeiras como juros e correções monetárias) e Subvenções do Tesouro Nacional para Custeio/Pessoal de R\$ 574.184 mil. Por outro lado, as Despesas Operacionais do período chegaram a R\$ 668.614 mil, com Despesas de Pessoal de R\$ 580.281 mil (refletindo os ajustes da folha de pagamento de junho/2023, incluindo reajustes

JRAM
Paulo Roberto Jurgens

lat



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

salariais e retroativos, conforme acordos trabalhistas de 2019/2021 e 2021/2022, bem como Provisões do 13º Salário, Férias, Impostos e Contribuições) e Despesas Comerciais/Administrativas de R\$ 88.333 mil. Esse último valor destaca os Serviços Técnicos Profissionais de R\$ 67.645 mil (com ênfase em Manutenção, Vigilância e Assistência Médica/Odontológica) e Outras Despesas Operacionais de R\$ 11.575 mil, que incluem contas como Desincorporação de Ativos (baixas de Depósitos Recursais) e Depósitos judiciais – baixa do Processo – Estado do Ceará, honorários liberados ao juízo da 18ª Vara/CE e, também, baixas CPR-Alimentos, tendo em vista a não execução dos projetos, conforme Medida Provisória nº 636 de 26/12/2013, CI SUPAF nº 13 de 8/1/2014. **2.1.2.3. Análise Comparativa dos Indicadores Econômico-financeiros - 2º trimestre/2023 comparado com o 2º trimestre/2022.** Após análise do Relatório, o Confis destaca que, no encerramento do 2º trimestre de 2023, o Índice de Liquidez Corrente (capacidade da empresa em quitar suas dívidas no curto prazo) da Companhia diminuiu de 1,17 para 1,10 em comparação com o mesmo período de 2022. O Índice de Liquidez Geral (capacidade de pagamento da empresa, frente às dívidas de curto e longo prazo) diminuiu de 1,10 para 1,08. O Grau de Endividamento (utilização de recursos de terceiros para o financiamento e aquisição) da Companhia passou de 0,86 para 0,89. **3. Estruturas de Controle. 3.1. Conhecimento trimestral dos pareceres e relatórios emitidos pela Auditoria Interna (Audin) - 2º trimestre/2023 - RELATÓRIO DE AUDITORIA CONTÁBIL-FINANCEIRO Nº 21, de 1º/9/2023 (DESPACHO AUDIN - SEI nº 30678138 – Processo SEI 21200.005504/2023-34).** O Confis tomou conhecimento do referido Relatório, que trata do exame das Demonstrações Contábeis da Companhia, referente ao 2º trimestre de 2023. Para cumprir o escopo de verificar a fidedignidade dos registros contábeis dos atos e fatos praticados no âmbito da Conab, foram selecionadas pela Audin, como amostra, contas do Ativo e do Passivo, dentre as quais apresentaram inconformidades: contas do Ativo: 1.1.3.8.1.31.00 - Créditos Parcelados; e 1.2.3.8.1.01.00 - Depreciação Acumulada Bens Móveis; e contas do Passivo: 2.1.8.8.1.03.00 – Depósitos Judiciais; 2.1.8.8.1.04.02 – Depósitos e Cauções Recebidos. A Equipe de Auditoria emitiu 10 recomendações de gravidade baixa. Ademais, a Equipe de Auditoria avaliou a conformidade do Rol de Agentes Responsáveis, no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e identificou a ausência de atualização dos Conselheiros de Administração, além do Dirigente da Companhia. Assim, o assunto requer atenção da Diretoria Administrativa, Financeira e de Fiscalização (Diafi), com o objetivo de evitar desatualizações dos referidos agentes. Verificou-se, ainda, situações na qual o Ordenador de Despesas é o mesmo que atualiza e realiza a Conformidade de Registros de Gestão (princípio de segregação de função na administração pública – art.8). Dessa forma, a Equipe de Auditoria emitiu as seguintes recomendações à Diafi: atualizar os registros, no SIAFI, dos Conselheiros de Administração e do Dirigente Máximo da Companhia, corrigindo assim para os atuais "Agentes

JCM

lat

Paulo Roberto Furgas



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

Responsáveis"; e orientar os gestores quanto ao princípio de segregação de função no que diz respeito à autorização, aprovação, execução, controle e registros contábeis e registros de gestão. Diante do exposto, o Confis solicita à Conab a adoção de providências, no sentido de atender às recomendações da Audin, e registra que tomará conhecimento do atendimento, por meio do relatório trimestral de acompanhamento das atividades da Auditoria Interna. **3.2. Conhecimento trimestral dos pareceres e relatórios emitidos pelos Auditores Independentes - CONSULT - AUDITORES INDEPENDENTES - 2º trimestre/2023. 3.2.1. Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das informações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais) nº 1-08/23 - 2º trimestre/2023 (DESPACHO DIREX - SEI nº 30953166 - Processo SEI 21200.0031342023-09).** O Confis tomou conhecimento do referido Relatório e destaca que os auditores independentes afirmaram, por meio do Relatório, que não têm conhecimento de nenhum fato que os leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo naquela data, de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34, e apresentadas de forma condizente com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **3.2.2. RELATÓRIO DE RECOMENDAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS Nº 1-08/23 - 2º trimestre/2023.** Após análise do referido Relatório, o Confis ressalta a importância da Companhia endereçar os apontamentos da CONSULT - AUDITORES INDEPENDENTES quanto à conciliação dos saldos contábeis com os extratos bancários de todos os depósitos judiciais e recursais da Companhia e quanto à revisão de todos os processos judiciais em relação aos valores e à classificação de risco informados em cada caso, providenciando as melhorias necessárias, caso contrário, provavelmente haverá impacto na opinião da Auditoria Independente. **3.3. Conhecimento trimestral dos pareceres e relatórios emitidos pelo Comitê de Auditoria (Coaud) - 2º trimestre/2023. 3.3.1. NOTA TÉCNICA COAUD N.º 83/2023, de 18/9/2023 - Supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras preparadas para o 2º trimestre de 2023.** Após exame da referida Nota, o Confis destaca: o Comitê de Auditoria Estatutário realizou análise das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório do Auditor Independente, relativo ao 2º trimestre de 2023. Como resultado de suas análises, identificou um relatório de auditoria sem ressalva, relatando uma ênfase: *“Avaliação da Mensuração da Obrigação Atuarial Conforme nota 21, na determinação da mensuração das obrigações de benefícios pós-emprego a empregados (plano de pensão com benefício definido e outros), são utilizadas diversas premissas atuariais sensíveis e valor justo dos ativos do plano, o que, devido ao grau de julgamento inerente ao processo de determinação destas premissas, deve ser enfatizado que alterações nas premissas podem resultar em*

JEM

Paulo Roberto Jurgens

lat



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

impactos relevantes nas obrigações relacionadas ao plano de benefício definido.”

Levando em consideração os pontos levantados pelo auditor independente (1. Revisão da Taxa de Vida Útil – Edificações; 2. Conciliação com Extratos Bancários - Depósitos Judiciais; 3. Divergências nas Informações referentes aos Processos Judiciais; e 4. PIS e Cofins sobre parte da Conta Outros Ganhos com Incorporação de Ativo), bem como a emissão de relatório com “*conclusão opinião sem ressalva*” pela Auditoria independente e a conclusão em conformidade pela Audin, o Coaud não teve conhecimento de nenhum fato que os leve a acreditar que as demonstrações financeiras não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia.

3.4. Reunião trimestral com a Auditoria Independente e com o Comitê de Auditoria (Coaud) – 2º trimestre/2023. O Confis registra que a reunião com a CONSULT - AUDITORES INDEPENDENTES e o Coaud foi realizada, nesta data, conforme previsto.

3.5. Acompanhamento trimestral da execução do Plano Anual da Auditoria Interna (PAINT) e do atendimento às suas recomendações – 2º trimestre/2023 - NOTA TÉCNICA AUDIN/GEDOP N.º 8/2023 (SEI nº 29407598), de 30/6/2023 (OFÍCIO INTERNO GEDOP SEI N.º 16/2023, de 30/6/2023 - SEI nº 29481932 – Processo SEI 21200.003445/2023-60). O Plano Anual de Atividade da Auditoria Interna (Paint), para o exercício 2023, prevê a execução de 28 ações de auditoria, sendo que 8 ações estão na fase “A Iniciar”, 3 ações na fase “Em Planejamento”, 1 ação na fase “Em trabalho de campo”, 5 ações na fase “Em relatoria”, 2 ações na fase “Em busca conjunta de soluções” e 9 ações concluídas. Encerrou-se o 2º trimestre de 2023 com 32,14 % das ações concluídas, com um total de 12 Relatórios de Auditoria Ordinária homologados. No decorrer do 2º trimestre de 2023, foram exaradas recomendações predominantemente tratando dos seguintes temas: a) regularização de registros contábeis conforme orientação técnica; b) regularização de saldo devedor e valores devidos por empregados; c) melhoria de controles internos para aprimorar a Gestão; e d) atualização de documentos, normativos. No 2º trimestre de 2023, também, foram executados os seguintes trabalhos extraordinários: a) Relatório de Auditoria de Conformidade nº 7/2023, de 4/4/2023, referente à Auditoria Extraordinária realizada no processo de Avaliação de Desempenho da Conab em atendimento à Corregedoria Geral (Coger), realizada no período de novembro/2022 a março/2023; b) Nota Técnica Audin SEI nº 7/2023 - Assunto: Atualização da NOC 10.501 - Monitoramento das Recomendações da Auditoria Interna; c) Nota Técnica Audin SEI n.º 8/2023 - Assunto: Processo de Seleção Interna para Auditoria Interna 2023; d) Nota Técnica Audin SEI n.º 10/2023 - Assunto: Atualização do Regimento Interno da Conab; e) Nota Técnica Gedop SEI nº 3/2023 - Assunto: Acompanhamento de Ofícios/Acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU) - 1º semestre/2023; f) Nota Técnica Gedop SEI nº 4/2023 - Assunto: Acompanhamento das Recomendações dos Relatórios da CGU - 1º semestre/2023; g) Nota Técnica Gedop nº 5/2023 - Assunto: Revogação do Manual de Auditoria

JRAM

Lat

Paulo Roberto Jurgens



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

Interna - MAI; e h) Nota Técnica Gedop nº 6/2023 - Assunto: Revogação da NOC 10.501 - Monitoramento das Recomendações da Auditoria Interna. O 1º trimestre/2022 encerrou com 45 recomendações pendentes, das quais, até o encerramento do 2º trimestre, 34 foram solucionadas (75,6%). Ocorre que no decorrer do 2º trimestre/2023 foram exaradas 36 novas recomendações, sendo que 8 dessas já foram solucionadas, restando um estoque de 39 (1ºT = 11 + 2ºT = 28) recomendações pendentes. O Confis solicita à Conab: **a)** encaminhar ao Conselho Fiscal para conhecimento, cópia do Relatório de Auditoria de Conformidade nº 7/2023, de 4/4/2023, referente à Auditoria Extraordinária realizada no processo de Avaliação de Desempenho da Conab, e da Nota Técnica Audin SEI nº 7/2023 - que trata da atualização da NOC 10.501 - Monitoramento das Recomendações da Auditoria Interna; **b)** a adoção de providências no sentido de atender às recomendações da Audin, e registra que tomará conhecimento do atendimento, por meio do relatório trimestral de acompanhamento das atividades da Auditoria Interna.

3.5.1. Relatórios de Auditoria. a) RELATÓRIO DE AUDITORIA CONFORMIDADE Nº 12, DE 26/6/2023. O Relatório trata da Auditoria de Conformidade, no âmbito da Diretoria de Gestão de Pessoas (Digep), na Superintendência de Relações do Trabalho (Suret/Gerência da Folha de Pagamento - Gefop), com o objetivo de avaliar a adequação da remuneração dos dirigentes da Conab, no período de abril/2022 a março/2023, observando a legalidade dos valores realizados com os limites individuais e globais aprovados pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), para os respectivos cargos. A Audin emitiu 1 recomendação de gravidade baixa, pendente de atendimento, de acordo com o "QUADRO 3 - EVOLUÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DOS RELATÓRIOS DE AUDITORIA" da NOTA TÉCNICA AUDIN/GEDOP N.º 8/2023 (SEI nº 29407598), de 30/6/2023. O Confis solicita à Conab a adoção de providências, no sentido de atender à recomendação da Audin, e registra que tomará conhecimento do atendimento, por meio do relatório trimestral de acompanhamento das atividades da Auditoria Interna. **3.6. Reunião mensal com a Auditoria Interna (Audin).** O Confis registra que a reunião foi realizada, nesta data, conforme previsto. **4. Outras Atividades. 4.1. Acompanhamento mensal do atendimento às demandas do Conselho Fiscal. 4.1.1. OFÍCIO INTERNO COEST/CONAB SEI N.º 29/2023 (SEI nº 279628014), de 12/4/2023 - Processo SEI 21200.001442/2023-91:** resposta ao item 3.1.3. da Ata da 65ª Reunião Extraordinária do Confis, de 28/3/2023. A Audin recomendou que a Conab elabore plano de ação para mitigar os riscos e pontos de melhorias apontados na NOTA TÉCNICA AUDIN/GEAUD SEI N.º 4/2023, de 15/3/2023, que trata da análise das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício encerrado em 31/12/2022, evitando que os mesmos possam se tornar ponto de ressalva em exercícios futuros por parte da Audin, sem prejuízo de serem mencionados pela Auditoria Independente, Comitê de Auditoria (Coaud) e Controladoria-Geral da União (CGU), neste exercício. O Confis solicitou, então, à

JAM

Paulo Roberto Jurgens

lat



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

Conab a elaboração do plano de ação recomendado pela Audin, encaminhando-o ao Conselho Fiscal para conhecimento. **Solicitação atendida.** O Confis solicita uma apresentação à Audin quanto ao plano de ação apresentado pela Companhia e os respectivos status descritos no plano. **4.1.2. OFÍCIO INTERNO COEST/CONAB SEI N.º 29/2023 (SEI nº 27962801), de 12/4/2023 - Processo SEI 21200.001442/2023-91:** resposta ao item 3.1.9. da Ata da 65ª Reunião Extraordinária do Confis, de 28/3/2023. O Conselho Fiscal, ao analisar a NOTA TÉCNICA SUCON SEI N.º 15/2023, que trata da proposta de destinação do Lucro Líquido do Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2022, no valor de R\$ 85.742.303,88; de distribuição de dividendos, no montante de R\$ 13.680.108,02; e de planos de investimento, no total de R\$ 41.040.424,05, registrou que o Plano de Investimento para o exercício de 2023, no valor de R\$1.969.463,00, deveria ser submetido à aprovação do Conselho de Administração (Consad), inclusive suas alterações no decorrer do exercício. Quanto ao montante de R\$ 39.070.861,05, para a execução de investimentos no período 2024-2027, o Confis solicitou à Conab elaborar um Plano, discriminando os investimentos, ano a ano, com respectivos valores. **Solicitação não atendida.** **4.1.3. OFÍCIO INTERNO COEST/CONAB SEI N.º 67/2023 (SEI nº 30091432), de 3/8/2023 - Processo SEI 21200.004048/2020-62:** resposta ao item 10.1.7. da Ata da 333ª Reunião Ordinária do Confis, de 31/5/2023. O Confis solicitou à Conab informar se os fatos que deram causa às ações trabalhistas relacionadas a “*promoções por merecimento/antiguidade*”, impetradas contra a Companhia no 2º trimestre/2022, foram encaminhadas à Coger para apuração de responsabilidade. A Proge informou que, por se tratar de processos judiciais que tramitam em fase inicial, vez que protocolados no 2º semestre de 2022, a procuradoria não possui elementos suficientes para afirmar se houve “anormalidade ou irregularidade” na atuação da Conab, nem se houve qualquer dano ao erário ou outras formas de descumprimento das normas que regem a administração pública. Sendo precoce, no momento em que as demandas se encontram, encaminhar qualquer informação sobre os referidos processos à Coger. Como afirmado no despacho Presi nº 28083610, “*a simples existência de reclamações trabalhistas ainda em fase de conhecimento não necessariamente implica em dano ao erário*”. Posto isso, o Confis solicitou informações à Conab quanto à conduta dos gestores que realizaram a promoção de empregados que receberam acréscimo salarial por 3 meses, mas que, posteriormente, desfizeram a promoção levando os empregados a realizarem a devolução dos valores recebidos. A Direx encaminhou os DESPACHOS DIGEP (SEI nº 30666442) e GECAR (SEI nº 30522496). O Diretor-Executivo da Diretoria de Gestão de Pessoas (Digep), por meio do supracitado DESPACHO DIGEP (SEI nº 30666442), reitera “*que a DIGEP não tem competência regimental para avaliar condutas de gestores anteriores, especialmente sem o devido processo legal e o direito ao contraditório e à ampla defesa*”. Dessa forma, **solicitação não atendida.** **4.1.4. OFÍCIO INTERNO**

JCAM
Paulo Roberto Jurgens

lat



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

COEST/CONAB SEI N.º 69/2023 (SEI nº 30365673), de 17/8/2023 - Processo SEI 21200.005130/2023-57: resposta ao item 2.1.6. da Ata da 334ª Reunião Ordinária do Confis, de 30/6/2023. O Confis solicitou à Conab informações sobre o Plano de Custeio 2023 - Plano de Benefícios CONAB, CONAB SALDADO e CONABPREV, com vigência programada para o dia 1º/4/2023. Não ocorreram alterações nos métodos atuariais utilizados na avaliação dos Planos de Custeio dos Planos de Benefícios Conab, Conab Saldado e ConabPrev, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior. **Solicitação atendida. 4.1.5. OFÍCIO INTERNO COEST/CONAB SEI N.º 70/2023 (SEI nº 30366534), de 17/8/2023 - Processo SEI 21200.005131/2023-00:** resposta ao item 2.2.1., alíneas "c" e "d", da Ata da 334ª Reunião Ordinária do Confis, de 30/6/2023. **Solicitações atendidas. 4.1.6. OFÍCIO INTERNO COEST/CONAB SEI N.º 70/2023 (SEI nº 30366534), de 17/8/2023 - Processo SEI 21200.005131/2023-00:** resposta ao item 2.2.1., alínea "b", da Ata da 334ª Reunião Ordinária do Confis, de 30/6/2023. **Solicitação atendida. 4.1.7. OFÍCIO INTERNO COEST/CONAB SEI N.º 74/2023 (SEI nº 30371137), de 17/8/2023 - Processo SEI 21200.003134/2023-09:** resposta ao item 3.1.2.1. da Ata da 334ª Reunião Ordinária do Confis, de 30/6/2023. **Solicitação atendida. 4.2. Acompanhamento mensal do Controle de Pendências.** O Colegiado registra que foi elaborado o Controle de Pendências da Ata da 336ª Reunião Ordinária do Confis, de 15/9/2023, bem como foram efetuados os lançamentos dos atendimentos às solicitações do Conselho Fiscal nas Atas correspondentes. **4.3. Matérias submetidas à Assembleia Geral. 4.3.1. Acompanhamento anual do pagamento de dividendos (DESPACHO DIAFI - SEI nº 31320049 - Processo 21200.003503/2023-55).** A Diretora-Executiva da Diretoria Administrativa, Financeira e de Fiscalização (Diafi), por meio do DESPACHO DIAFI (SEI nº 31320049) dirigido à Coordenadoria de Apoio aos Conselhos e Comitês Estatutários (Coest), com vistas ao Confis, em 2/10/2023, considerando o constante na NOTA TÉCNICA SUOFI SEI N.º 14/2023 (SEI nº 29142100), de 13/6/2023, e NOTA TÉCNICA SUOFI SEI N.º 15/2023 (SEI nº 29279243), de 20/6/2023, corrobora com o complemento e atualização das informações das Notas Técnicas em tela, conforme delineado no DESPACHO SUOFI (SEI nº 31317055). Em ato contínuo, considerando a aprovação da Diretoria-Executiva, em sua 1.623ª Reunião Ordinária, realizada em 18/7/2023, a aprovação do Conselho de Administração, em sua 8ª Reunião Ordinária, de 28/9/2023, e atendimento do Ofício PGFN SEI N.º 29013/2023/MF (SEI nº 29582160), encaminhou o Processo 21200.003503/2023-55 para apreciação e deliberação. As supracitadas Notas Técnicas, do Superintendente da Superintendência de Orçamento e Finanças (Suofi), tratam da prorrogação do prazo de pagamento dos dividendos, aferidos no exercício de 2022, pela Conab à União, na ordem de R\$ 13,7 milhões, por falta de orçamento, cujo vencimento ocorreu no dia 28/6/2023, 60 dias após a sua declaração na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 28/4/2023. O OFÍCIO SEI N.º 29013/2023/MF (SEI nº 35430143),

JKAM

lat

Paulo Roberto Furgas

de 5/7/2023, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), encaminha as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), respectivamente, DESPACHO (SEI nº 35275592), de 30/7/2023, e OFÍCIO SEI Nº 66389/2023/MGI, assinado em 4/7/2023, a respeito do pagamento dos dividendos em tela. Dessa forma, solicita seja encaminhada àquela PGFN a proposta a ser submetida à deliberação da assembleia de acionistas, devidamente aprovada pelos Conselhos de Administração e Fiscal. O Conselho de Administração deliberou por submeter à Assembleia Geral a proposta formulada pela Companhia de prorrogação do prazo de pagamento dos dividendos aferidos no exercício de 2022 para o último dia útil do exercício de 2023, conforme PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CONAB (SEI nº 31329824), de 29/9/2023. Diante do exposto, o Conselho Fiscal deliberou por manifestar-se favoravelmente à dilação do prazo para o pagamento dos dividendos, na forma do PARECER anexo a esta Ata. Encaminhe-se cópia desta Ata à Direx; ao Consad; ao Assessor Especial de Controle Interno do MDA; à Controladoria-Geral da União (CGU); e ao Tribunal de Contas da União (TCU), para conhecimento e providências que julgarem convenientes. E nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Regina Maria Pereira Gomide dos Reys, Chefe da Coordenadoria de Apoio aos Conselhos e Comitês Estatutários (Coest), lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes.



LÚCIA ÁIDA ASSIS DE LIMA
Presidente



PAULO MOREIRA MARQUES
Conselheiro Titular



**JOÃO CRESCÊNCIO ARAGÃO
MARINHO**
Conselheiro Titular

**REGINA MARIA PEREIRA GOMIDE
DOS REYS**
Secretária